

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.016 - RR (2019/0295783-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
ADVOGADA : ANNA ELIZE FENOLL DE MORAIS - DF036612
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
PACIENTE : GERSON SILVA DA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de GERSON SILVA DA COSTA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (Agravado de Execução Penal n. 9000052-60.2019.8.23.0000).

Depreende-se dos autos que o Juízo da Vara das Execuções Penais da Comarca de Boa Vista/RR unificou as penas aplicadas ao paciente em dois processos distintos e fixou o dia do trânsito em julgado da última condenação como data-base para a aferição de benefícios futuros (e-STJ fls. 41/42).

Em sessão de julgamento realizada em 27 de agosto de 2019, os desembargadores integrantes da Câmara Criminal negaram provimento ao recurso de agravo em execução interposto pela defesa, nos termos desta ementa (e-STJ fl. 31):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENÇÃO DURANTE O CUMPRIMENTO DA PENA. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENÇÃO. PRETENSÃO DE MODIFICAÇÃO PARA A DATA DA ÚLTIMA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM DISSONÂNCIA COM O PARECER ORAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO GRADUADO.

1. Em que pese o novo entendimento emanado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, é firme a posição consagrada no Supremo Tribunal Federal que, operada a unificação das penas, o termo inicial para a obtenção dos benefícios passa a ser a data do trânsito em julgado da nova condenação.

2. Agravo não provido.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a Defensoria Pública que "*a alteração da data-base por qualquer outro fato importa em autoritarismo do Poder*

Superior Tribunal de Justiça

Judiciário, tendo em vista que confere um agravamento no cumprimento da pena sem qualquer previsão legal, ou fundamentação idônea para tanto capaz de encontrar o mínimo respaldo nos objetivos da Lei 7.210/84" (e-STJ fl. 7).

Assevera que "há que se considerar como data-base para a progressão de regime o dia da última prisão do assistido, que, no caso, é 04/05/2016. Considerando que o apenado cumpre pena por crime hediondo, considerada como data-base o dia da última prisão (04/05/2016), o lapso temporal para a progressão de regime se dará 28/05/2020" (e-STJ fl. 18).

Requer, assim, "a concessão a ordem de habeas corpus para alterar a DATA-BASE do assistido para o dia de sua prisão, em 04/05/2016, e, conseqüentemente, a retificação da previsão para, salvo futuras remições, a progressão de regime para 28/05/2020" (e-STJ fl. 18).

É, em síntese, o relatório.

No caso dos autos, o Tribunal de origem negou provimento ao agravo em execução interposto pela defesa para manter o dia do trânsito em julgado da nova condenação como marco temporal inicial para a concessão de benefícios futuros da execução (e-STJ fls. 29/30):

Em que pese o inconformismo do Agravante, que apóia seu pleito em entendimento sedimentado pela Terceira Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual 'a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal', devendo permanecer como data-base o dia da última prisão, conforme se verifica do REsp nº 1.557.461/SC, do HC 381.248/MG e do HC 470177 / SP, **é necessário destacar que tal entendimento se encontra em divergência com o estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal.**

Assim, ressalte-se que para o Pretório Excelso, 'a superveniência do trânsito em julgado de ação penal, no curso da execução penal por crime diverso, tem como consequência a alteração da data base para concessão de novos benefícios, tendo como marco inicial a data do último trânsito em julgado, independentemente de o crime ter sido praticado antes ou depois do início da execução da penal'.

[...]

Desta maneira, conquanto ao tratar da unificação das penas decorrente de nova condenação no curso da execução, a Lei de Execuções Penais não tenha estabelecido o marco inicial para a concessão de benefícios futuros, **é pacífico o entendimento do STF no sentido de que a data-base passa a ser a data do último**

Superior Tribunal de Justiça

trânsito em julgado.

[...]

Nesse sentido, a **superveniência de condenação criminal no curso da execução penal importa na soma das penas e no reinício da contagem dos prazos para a concessão de benefícios executórios, tendo como marco inicial o trânsito em julgado da condenação superveniente, sendo a alteração da data-base uma consequência do ônus que deve ser suportado pelo Reeducando.** (Grifei.z)

Até há pouco tempo, esta Corte Superior de Justiça tinha o entendimento de que, sobrevindo nova condenação ao apenado no curso da execução da pena – por crime anterior ou posterior –, o marco inicial para a obtenção de novos benefícios executórios seria o trânsito em julgado da nova condenação.

No entanto, em julgamento finalizado na sessão do dia 22/2/2018, a Terceira Seção, ao apreciar o Recurso Especial n. 1.557.461/SC, da relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, alterou esse entendimento para concluir que a superveniência do trânsito em julgado da sentença penal condenatória não serve de marco inicial para a concessão de novos benefícios na execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena **desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar**, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.

A propósito, confira-se a íntegra da ementa do mencionado acórdão:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado

Superior Tribunal de Justiça

como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido (DJe de 15/3/2018, grifei).

Como bem asseverado no julgado acima referido, caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus consectários legais já repercutirão no bojo do cumprimento da pena. No entanto, a unificação das penas em razão da superveniência de condenação – embora permita ao magistrado a soma das reprimendas e a adequação do regime de cumprimento da pena – não permite a alteração do marco para concessão de benefícios executórios, por ausência de respaldo legal.

Nesse mesmo sentido, ainda, o seguinte precedente:

HABEAS CORPUS SUBMETIDO À TERCEIRA SEÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE NOVA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito à regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. Em vez de haver o cumprimento progressivo de cada pena individualmente, há a soma do total de penas a serem cumpridas para que o apenado as cumpra

Superior Tribunal de Justiça

de forma conjunta.

2. *Inexiste respaldo legal para a alteração da data-base a fim da concessão de futuros benefícios na execução em razão da unificação das penas.*

3. *A execução da pena não se inicia apenas com a superveniência do título judicial exequível. Já se admite a execução provisória nas hipóteses de existência de prisão cautelar e, atualmente, quando há a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça/Tribunal Regional e não há prisão preventiva.*

4. *Acarreta evidente excesso de execução a desconsideração do tempo de prisão antes do trânsito em julgado da nova condenação.*

5. *Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão proferido no agravo em execução penal e restabelecer a decisão do Juízo da execução, proferida em 4/3/2016 (HC 381.248/MG, relator para o acórdão o Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe de 3/4/2018, grifei).*

Ante o exposto, **concedo a ordem**, *in limine*, para determinar ao Juízo da execução que promova novo cálculo de pena, considerando, como marco interruptivo para concessão de novos benefícios, a data do último recolhimento do paciente, ressalvada a possibilidade de alteração do termo em decorrência da prática de falta grave, desde que observadas, nessa hipótese, as Súmulas n. 441 e 535/STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator